

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

**A GESTÃO AMBIENTAL E O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND SUSTAINABLE LOGISTICS PLAN:
A STUDY BY THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Silvana Dalmaso Tolfo, Ademir de Cassio Machado Peranson e Alessandro Vasconcelos de Souza

RESUMO

A gestão ambiental busca fornecer subsídios para o gerenciamento das questões socioambientais nas instituições, visando à adequação às normas ambientais possibilitando a obtenção de ganhos socioeconômicos utilizando práticas sustentáveis. Em 2012, estabeleceu-se a obrigatoriedade de criar e implantar o Plano de Logística Sustentável – PLS nos órgãos públicos federais. Nessa perspectiva este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de analisar a gestão ambiental da Universidade Federal do Pampa– UNIPAMPA, contribuindo para o processo de construção do PLS da Instituição. Desta forma, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica buscando na legislação, livros, sites e artigos, material para subsidiar a temática a ser analisada. Para o exame proposto foi realizado um estudo de caso na Unipampa através de uma pesquisa qualitativa. A análise desse material permitiu identificar que a instituição possui implementada a Comissão de Coleta Seletiva, bem como, um programa que prevê a separação de lixo comum e material reciclável separado pelos membros da comunidade acadêmica. Verificou-se ainda, que existem algumas iniciativas isoladas em algumas unidades da Universidade, como plantio de árvores, palestras, visitas aos aterros sanitários, cursos para a comunidade universitária, conscientização dos terceirizados envolvidos com a limpeza.

Palavras-chave: Gestão ambiental, Plano, Logística Sustentável, Unipampa.

ABSTRACT

Environmental management seeks to provide subsidies for the management of environmental issues in the institutions, to adequate environmental standards enabling the achievement of socio-economic gains using sustainable practices. In 2012, it established the obligation to create and implement the Sustainable Logistics Plan - PLS in federal agencies. From this perspective this work was developed in order to analyze the environmental management of the Federal University of Pampa- UNIPAMPA, contributing to the construction process of the institution PLS. Thus, it was performed a literature search looking for in the legislation, books, websites and articles, material to support the theme under consideration. For the proposed examination was carried out a case study in Unipampa through a qualitative research. The analysis of this material identified that the institution has implemented the Commission of selective collection, as well as a program that provides for the separation of general waste and recyclable material separated by members of the academic community. It was also found that there are some isolated initiatives in some units of the University, as tree planting, lectures, visits to landfills, courses for the university community, awareness of contractors involved with the cleanup.

Keywords: Environmental management, Plan, Sustainable logistics, Unipampa.

1 INTRODUÇÃO

A gestão ambiental, tema mundialmente discutido nos dias atuais, tem por finalidade o gerenciamento das questões socioambientais nas instituições, visando à adequação às normas ambientais e possibilitando ainda a obtenção de ganhos socioeconômicos utilizando práticas ambientalmente corretas. Nas últimas décadas, vem crescendo cada vez mais, a necessidade de cuidar do meio ambiente, pois os recursos naturais estão sendo utilizados em maior proporção que a capacidade de regeneração ou reposição pelos processos biológicos naturais ocorridos em nosso planeta.

A estruturação de um programa adequado de utilização dos recursos naturais proporciona o uso desses recursos de maneira sustentável, de modo que as próximas gerações também possam usufruir dos bens naturais. Desta forma, o desenvolvimento sustentável busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e socioambiental, por meio de um crescimento seguro, tanto para as pessoas como para natureza, sem prejudicar o meio ambiente.

Nesse estudo buscou-se averiguar a existência, na Universidade Federal do Pampa, de práticas ou sistemas de gestão ambiental, gerando dados que contribuíssem para construção do Plano de Logística Sustentável – PLS da Instituição.

O PLS é um plano que visa estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão administrativa da Universidade. Tem como objetivos promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando práticas sustentáveis, reduzindo custos e combatendo desperdícios; aprimorar estruturas e sistemas de serviços das edificações construídas, reformadas e utilizadas pela Instituição e estruturar o sistema de licitações para consecução da melhor contratação de bens e serviços para o serviço público. São abordados nesse plano, aspectos como as compras públicas, contratações de serviços, consumo de água e energia, utilização de materiais de consumo, como folhas e copos descartáveis, equipamentos de informática, aquisições de materiais permanentes e obras.

Desta forma, entende-se que para uma instituição pública de ensino superior é fundamental a inserção de ações que busquem, além da excelência na gestão dos recursos públicos, que esta seja ambientalmente correta. Deve-se ponderar ainda, que uma eficaz gestão ambiental poderá contribuir com a administração da Instituição, no sentido de auxiliar na compra de matérias primas reutilizadas de baixo custo, na otimização do uso de materiais utilizados nas rotinas de trabalho dos servidores, no descarte correto dos resíduos gerados nas atividades operacionais, sendo importante destacar que estas práticas estão previstas em Lei para órgãos da Administração Pública Federal.

2 OBJETIVO GERAL

Analisar a gestão ambiental da Universidade Federal do Pampa, contribuindo para o processo de construção do Plano de Logística Sustentável da Instituição.

2.2 Objetivos específicos

1. Identificar a existência de sistemas ou práticas de gestão ambiental na Universidade;
2. Contribuir com o processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável da Instituição;
3. Fornecer subsídios teóricos para a implementação do Plano de Logística Sustentável da Universidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, vem crescendo a preocupação dos cientistas com relação à degradação do meio ambiente. Ao longo do tempo, o ser humano foi apropriando-se dos recursos naturais, sem se preocupar com os impactos que esse uso desmedido poderia causar ao meio ambiente.

Nesse capítulo abordaremos inicialmente o contexto histórico dos encontros de cientistas e autoridades mundiais e os respectivos acordos gerados por essas conferências com relação às questões ambientais, posteriormente, sobre a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável nas organizações públicas e privadas.

A Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, a qual tratou sobre aspectos políticos e econômicos e seus reflexos na natureza, é considerada um marco nas questões ambientais. Nessa Conferência foi aprovado um documento chamado Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, o qual incluía 110 (cento e dez) recomendações e 21 (vinte e um) princípios.

Segundo Pearson Education do Brasil (2011), a Conferência de Estocolmo, embora as recomendações aprovadas não possuíssem força de lei, embasou o surgimento de novos documentos, despertando a comunidade mundial para os problemas ambientais.

O tema ganhou força após a década de 80, onde o assunto continuou sendo discutido mundialmente. Segundo Seiffert (2014), em 1984 surgiu no Canadá, o Programa de Atuação Responsável, considerado o primeiro modelo de gestão ambiental formal. Ainda de acordo com a autora, na década de 90 aconteceu uma mobilização da maioria dos países com relação à qualidade ambiental, onde várias empresas passaram a preocupar-se com racionalização do uso de energia e matérias primas. Embasado nessa mesma premissa, foi criada a norma internacional de proteção ambiental ISO 14001, proposta como referência para o processo de gestão ambiental organizacional durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92 ou Rio 92, onde foram aprovados cinco acordos internacionais relacionados ao meio ambiente. O encontro teve como objetivo discutir temas ambientais globais e sugerir potenciais soluções, dentre os resultados, a Agenda 21 e as normas da série ISO 14.000, foram considerados como instrumentos muito importantes para gestão ambiental. A primeira trata, em nível macro, dos processos de gestão ambiental das esferas federal, estadual e municipal e a segunda, apresenta, dentro de um contexto micro, importante papel em nível organizacional.

No século XXI foi ratificado o Protocolo de Kyoto, o qual foi implementado efetivamente no ano de 2005, onde os países signatários passaram a estar sujeitos a punições, caso não cumprissem metas de emissão de gases poluentes.

No Brasil, foi criada em 1981, pelo então governo militar, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938), a qual é considerada um marco histórico para o direito ambiental e tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, associada ao desenvolvimento econômico-social. Trata da racionalização dos recursos naturais, proteção dos ecossistemas, educação e qualidade ambiental, degradação, poluição e fiscalização do meio ambiente. Institui ainda o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o qual, através da resolução 186/86, cria um importante mecanismo de proteção ambiental, o EIA – estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório (RIMA). Em 1998, foi criada no País, a Lei 9.605, que dispõe sobre os crimes ambientais, a qual é considerada importante instrumento na efetiva proteção do meio ambiente.

A partir dessa reflexão sobre o histórico das discussões e disposições sobre as questões ambientais, pode-se dizer que os estudos e interesses com relação ao meio ambiente vêm sendo cada vez mais enfatizados pelas autoridades mundiais e isso reflete diretamente nas organizações públicas e privadas, as quais, no Brasil, estão sujeitas às sanções previstas na Lei 6938/81 e 9605/98, o que contribuiu para que essas empresas e instituições passassem a buscar ações efetivas para reduzir os impactos ambientais gerados pelas suas atividades.

3.1 Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Para Seiffert (2014 apud DIAS 2006), o conceito de desenvolvimento sustentável é o equilíbrio de três eixos fundamentais que são a crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social, onde a predominância de um dos eixos causa um desequilíbrio, tornando-se uma manifestação de interesses de grupos isolados em detrimento do interesse da humanidade como um todo. Segundo as ideias da autora, a sustentabilidade é equilibrada por cinco pilares que deverão ser considerados dentro do contexto do tema: social, cultural, ecológico, geográfico, econômico e tecnológico, além da criação de políticas públicas associadas a estes pressupostos para viabilizar a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, com base no que dispõem os autores, que o conceito de desenvolvimento sustentável está interligado com vários aspectos da sociedade, onde para falar em sustentabilidade, não é possível abordar o tema sob uma única perspectiva, mas sim levar em conta, além das variáveis ambientais, também as questões sociais e econômicas.

Parafraseando Jabbour e Jabbour (2013) identificam-se três estágios evolutivos da Gestão Ambiental: o reativo, o preventivo e proativo. No reativo, os dirigentes da organização acreditam que a adequação ambiental é onerosa e desnecessária, ou seja, não há percepção de benefícios que poderiam ser gerados para Empresa. Também é comum a essas organizações a geração de passivos ambientais e pagamento de multas impostas pelo Estado, pois estas estão preocupadas apenas em controlar e destinar os resíduos gerados, e não reduzi-los.

Com relação ao estágio preventivo, surge nas organizações, a percepção de potenciais benefícios que podem advir da gestão ambiental, como a redução de custos operacionais. Começam a investir em campanhas internas de redução do consumo de recursos naturais e insumos produtivos, no entanto, nesse estágio, a gestão ambiental ainda é incipiente, onde os dirigentes tendem a focar principalmente nas questões econômicas, estando preocupados com os aspectos legais e redução de custos, tendo pouco discernimento das vantagens competitivas que esta gestão pode trazer para empresa. Por isso a adoção das práticas de gestão ambiental está ligada basicamente à área produtiva, pelo alto potencial deste setor, de geração de impactos ambientais.

Ainda para os autores, o estágio proativo é onde se enquadram as organizações com maior desenvolvimento nas práticas e instrumentos de gestão ambiental. Estas empresas adotam, além da prevenção dos impactos ambientais, objetivando a redução de custos, também uma consistente interação entre os objetivos da gestão ambiental e sua missão, visão e valores. Neste elevado nível, está a minoria das organizações que geralmente possuem excelência em todas as áreas de administração organizacional. Possuem como características, o grande comprometimento da alta administração, a adoção de instrumentos de gestão ambiental, como ISO 14001, o reconhecimento de benefícios dessa gestão, tanto no curto como no longo prazo.

Organizações no estágio proativo possuem enfoque desde a seleção dos *inputs*, para desenvolvimento de produtos e processos ambientalmente adequados. Assim, produtos e processos são planejados para terem os potenciais atributos: consumirem menos energia, utilizarem substâncias renováveis, recicláveis e menos tóxicas, serem facilmente desmontados e remanufaturados, utilizarem em seus processos tecnologias mais limpas, usarem embalagens retornáveis, contratarem modais que emitam menos CO₂” (JABBOUR e JABBOUR, 2013, p. 36)

Os autores ressaltam ainda, que no mundo complexo das organizações, é comum as empresas encontrarem-se em processo de transição, apresentando características de dois estágios, evoluindo com o tempo, ou até mesmo, podendo acontecer involução, onde a empresa pode regredir com relação às práticas de gestão ambiental.

Desta forma, por meio das ideias dos autores pode-se inferir que as empresas passam por uma evolução com relação à implantação de práticas e instrumentos de gestão ambiental,

passando por estágios, sendo que esse processo depende em grande parte dos dirigentes dessas organizações. Basicamente, em um primeiro estágio, onde não existem ações com relação à gestão ambiental, somente gerenciamento relacionado a questões legais. Numa segunda etapa, há uma incipiente inserção de ferramentas que objetivam fundamentalmente a redução de custos. Por último, as organizações podem atingir um maior nível, onde frequentemente são tidas como exemplos no meio empresarial, o que traz a elas visibilidade no mercado. Como nesse estágio, a alta administração é comprometida com as variáveis ambientais, estas questões fazem parte do planejamento estratégico dessas organizações, o que se propicia inferir que existe um suporte para as gerências setoriais implementarem metas e ações que visem à excelência com relação à gestão ambiental.

3.2 Gestão Ambiental nos Órgãos Públicos

No que se refere à implantação de sistemas de gestão ambiental nos órgãos Públicos, no ano de 2004, o Governo Brasileiro acrescentou no seu Plano Plurianual, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente que surgiu em 1999, o qual tem como objetivo a implementação de projetos sustentáveis nos órgãos públicos. No ano de 2012, estabeleceu a obrigatoriedade de criar e implantar o Plano de Logística Sustentável – PLS nos órgãos públicos federais, o qual tem por finalidade traçar objetivos e metas com relação às práticas de sustentabilidade, auxiliando assim, a gestão ambiental.

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa que tem como objetivos:

- I - orientar os gestores públicos para a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade em suas atividades;
- II - apoiar a incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas;
- III - promover a economia de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais;
- IV - contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública. (BRASIL-MMA, 2009, texto digital)

Através dos objetivos acima citados, a Agenda Ambiental, torna possível que os servidores públicos vislumbrem uma mudança de atitude e coloquem em prática, nas suas rotinas de trabalho, ações e critérios socioambientais. A A3P está estruturada baseada em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis. No que diz respeito ao uso racional dos recursos naturais, este documento retrata a questão do uso adequado e sem desperdícios de bens, antes tidos como inesgotáveis, no entanto o uso demasiado pelo homem está tornando-os cada vez mais escassos, que é o caso da água, energia, madeira, entre outros.

A A3P trata da gestão de resíduos com a adoção da chamada política 5R's: **Repensar** a necessidade de consumo e padrões de produção, **Recusar** a utilização de produtos que gerem impactos ambientais significativos, **Reduzir** o consumo, optando sempre por produtos que gerem menos resíduos, **Reutilizar** o produto sempre que possível, antes de descartá-lo, e por fim, **Reciclar** que é a transformação do materiais e reaproveitamento como matéria-prima na fabricação de novos produtos. (A3P, grifo nosso). Este eixo trata ainda, da separação de resíduos recicláveis pelos órgãos públicos federais da Administração direta e indireta, instituída pelo Decreto 5940 de 26 de outubro de 2006, o qual, além da separação, obriga as entidades a destinar estes materiais para cooperativas de catadores e acompanhar esse processo através de uma comissão.

Com relação à qualidade de vida no ambiente de trabalho, o programa objetiva que as instituições promovam ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, incentivando assim, uma integração e satisfação com o ambiente de trabalho, e consequentemente uma melhor produtividade.

O quarto eixo busca a sensibilização, a qual visa criar e solidificar nos servidores e gestores, a consciência de cidadão para com a responsabilidade socioambiental, enfatizando os impactos que suas atividades rotineiras podem causar no meio ambiente, enquanto a capacitação contribui para o desenvolvimento das competências e habilidades individuais a medida que proporciona um maior conhecimento e informação sobre o tema, oportunizando as práticas sustentáveis nas suas atividades cotidianas.

Quanto às licitações sustentáveis, a Agenda Ambiental evidencia que os gestores do setor público, ao efetuarem suas compras e contratações, devem priorizar, não só o aspecto econômico, mas também, o social e ambiental. Considerando que o volume de compras governamentais movimenta cerca de 10 a 15% do PIB nacional, é de suma importância que a Administração Pública promova suas licitações buscando procedimentos que visem a sustentabilidade ambiental.

No ano de 2012, tornou-se obrigatório para todos os órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e empresas estatais dependentes, através do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS, o qual tem como objetivo subsidiar a Administração na implementação de práticas de sustentabilidades e racionalização dos gastos públicos. De acordo com a Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, a qual estabelece regras para elaboração dos PLS, neste plano devem ser determinadas metas, ações e prazos de execução, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

“Art. 16. A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação”. (MPOG – IN 10 de 12/11/12, Cap. II, Seção II)

Ainda em seu artigo oitavo, a referida instrução normativa, trata dos itens obrigatórios a serem abordados no PLS, os quais representam os principais tópicos que podem e devem ser tratados de maneira sustentável pelas Instituições Públicas.

“Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

- I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II – energia elétrica;
- III – água e esgoto;
- IV – coleta seletiva;
- V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.” (MPOG – IN 10 de 12/11/12, Cap. II, Seção II)

A partir desses levantamos, salienta-se a importância e os benefícios que a gestão sustentável pode trazer às organizações. No caso da Agenda Ambiental na Administração Pública, é uma ferramenta de possível adesão para qualquer órgão público, tanto da esfera federal, estadual ou municipal. Para tanto, os gestores das instituições públicas devem estar atentos para as questões ambientais, a fim de que possam implementar ações visando a gestão ambiental, buscando apoio dos demais servidores para disseminar essas práticas nas suas atividades diárias.

No que se refere ao Plano de Logística Sustentável é uma obrigação da Administração Pública na esfera Federal, o qual deve ser elaborado por uma Comissão nomeada pela Administração de cada órgão ou instituição, onde constarão as metas e prazos para cumprimento dessas. Após um ano de implementação esse Plano deverá ser avaliado para verificação dos objetivos propostos, justificando-se em caso de não cumprimento.

Nessa perspectiva a educação ambiental, na forma de conscientização e capacitação, aparece como uma das possibilidades de disseminação dos modos e meios pelos quais se estruturam os trâmites de implementação da gestão ambiental. A informação é fator preponderante no estabelecimento de qualquer procedimento que vise implantar processos sustentáveis. Este relevante elemento, aparece explícito no eixo Sensibilização e Capacitação, previsto na Agenda Ambiental na Administração Pública e também está previsto na IN nº 10 de 12 de novembro de 2012, como uma das principais ações a serem contempladas no Plano de Logística Sustentável para os órgãos públicos da esfera federal.

4 METODOLOGIA

Inicialmente foi efetuada uma pesquisa bibliográfica buscando na legislação, livros, sites, artigos científicos, material para subsidiar e embasar a temática a ser analisada. Para o exame proposto foi realizado um estudo de caso na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA através de uma pesquisa qualitativa. A proposta de uma pesquisa qualitativa se deve ao fato da pesquisa ser dirigida a setores específicos, onde se tem por finalidade, o estudo da situação atual em relação à gestão ambiental e práticas de sustentabilidade existentes na Universidade para que seja possível a contribuição para o desenvolvimento do PLS na Instituição.

A pesquisada ocorreu entre os gestores e/ou servidores ligados a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró Reitoria de Administração (PROAD), Núcleo de Tecnologia de Informação e Comunicação (NTIC) e Gabinete da Reitoria, os quais estejam diretamente envolvidos com as questões ambientais ou comissões ligadas a este tema.

A coleta de dados deu-se por meio de questionários e entrevistas *in loco* com os gestores e servidores das pró-reitorias, tendo por objetivo efetuar-se um diagnóstico com relação aos itens que devem compor o PLS e posterior discussão com os demais servidores integrantes da comissão para criação do Plano na instituição.

Os dados foram compilados, através de tabelas e textos. Após foram submetidos à apreciação da Comissão responsável pela elaboração do PLS, os quais estão sendo analisados para conclusão do Plano.

5 CONCLUSÃO

A Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA é uma instituição pública de ensino superior com estrutura multicampi, a qual está estabelecida em dez municípios situados da metade sul do Estado. Trata-se de uma Instituição relativamente nova, fundada em

janeiro de 2008, a qual ainda está em fase de construção e aperfeiçoamento dos processos administrativos e de gestão. O governo brasileiro vem criando, ao longo do tempo, diversos projetos e instituindo Leis e Decretos que visam à sustentabilidade nos órgãos públicos, de modo que todas as instituições públicas venham a adequar-se às boas práticas de desenvolvimento sustentável.

Por meio dessa investigação constatou-se que, com relação às práticas sustentáveis a Instituição possui implementada, a Comissão de Coleta Seletiva, com representantes em cada Campus, a qual tem como objetivo beneficiar as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis incentivando a destinação adequada dos Resíduos Sólidos produzidos pela Administração Pública.

O programa prevê a separação entre lixo comum e material reciclável separado pelos membros da comunidade acadêmica. O material reciclável é armazenado provisoriamente e recolhido pelas associações de catadores devidamente regulamentadas ou empresas concessionárias das prefeituras que o destinam a essas associações.

Verificou-se ainda durante a pesquisa, que existem algumas iniciativas isoladas em algumas unidades da Universidade, como por exemplo, o plantio de árvores, palestras aos catadores, visitas aos aterros sanitários, cursos para a comunidade universitária e conscientização dos servidores terceirizados envolvidos com a limpeza.

No que se refere ao Plano de Logística Sustentável – PLS, a Universidade nomeou a Comissão Especial para a Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Pampa (CEEPGLSU), composta por oito servidores de diversas áreas, dentre os quais, faz parte, um dos autores desse relato, tendo essa comissão o objetivo de construir o plano.

Durante a pesquisa constatou-se ainda que a Universidade já adota algumas práticas de sustentabilidade em suas contratações, como a utilização de critérios de sustentabilidade nos editais de compras e contratações de serviços. Os prédios da casa do estudante que estão sendo construídos nos Campi da Universidade contam com sistema de coleta de água das chuvas para reaproveitamento nos vasos sanitários e nos jardins. Esse mesmo sistema está sendo utilizado nos novos prédios acadêmicos dos *campi*. São utilizadas torneiras automáticas para evitar o desperdício de água, no entanto os vasos sanitários utilizam válvula de descarga, gerando um maior consumo de água. Outro aspecto importante é que os projetos privilegiam a ventilação cruzada nas salas de aula, objetivando a redução do uso de equipamentos condicionadores de ar. Além disso, buscando eficiência energética, a aplicação desses equipamentos está sendo através do uso da tecnologia Inverter, que é mais econômica que a tradicional. Outra iniciativa diz respeito à economia de energia elétrica, com a utilização de materiais com conforto térmico e aplicação de luminárias de LED em alguns projetos de iluminação externa que estão sendo desenvolvidos pela Coordenadoria de Obras da Pro Reitoria de Planejamento.

Com relação ao cumprimento do programa de gerenciamento de resíduo de construção civil, verificou-se que existe a preocupação com a retirada de entulhos das obras. Está sendo exigido das empresas que emitam o PGRCC (Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil) e comprovem as destinações dos resíduos. Nos projetos de engenharia da Instituição não é exigida a utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis utilizados na execução das obras. No que se refere à certificação ambiental das empresas prestadoras de serviços a Universidade não exige em seus editais a comprovação de que a participante da licitação seja detentora da norma ISO 14000, que adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens inservíveis para o processo de reutilização.

Nessa perspectiva, segundo os dados até agora levantados, para a UNIPAMPA, sendo uma Instituição de Educação mantida pelo poder Público, é de suma importância, a existência de ações que visem proporcionar o desenvolvimento sustentável, mitigando os impactos gerados por suas atividades, sendo que por força de Lei, está obrigada a implementar essas

ações. Espera-se que esta investigação possa contribuir com aportes teóricos para a elaboração de projetos e estratégias que viabilizem atividades sustentáveis voltadas para a comunidade acadêmica e para o fomento de práticas que tornem os processos de preservação, conservação e manutenção do meio ambiente, possíveis e viáveis na Instituição.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em 17/03/15.

BRASIL. **Lei nº 6938** de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 27/03/15.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 2ª ed., Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>, Acesso em: 01/04/15.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10**, de 12 de novembro de 2012. Publicada no D.O.U. nº 220, de 14/11/2012, Seção I, pág. 113. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=597>>. Acesso em 27/05/15.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappeta. **Gestão Ambiental nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2013.

PERSON EDUCATION DO BRASIL. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011. E-book. Disponível em: <www.univates.br/biblioteca>. Acesso em: 28/03/15.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernanrdini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 2014.